

Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do fim do século 19 ao início do século 20

Miriam de Oliveira Santos

Resumo

Demonstra como as relações de poder e de saber no interior do Exército brasileiro vão se entrelaçando, partindo de uma situação, antes da Proclamação da República, em que os oficiais superiores podiam ou não ter cursado escolas para oficiais, até chegar a uma situação em que essas escolas passam a ser indispensáveis para a ascensão na carreira. A metodologia é a pesquisa bibliográfica e de fontes primárias e secundárias. Conclui que as escolas militares possuem um papel decisivo na formação da ideologia militar e que os estudos sobre o tema devem ser aprofundados.

Palavras-chave: escolas militares; ensino e instrução.

Abstract

A look over the brazilian military schools of the end of the 19th Century to the beginning of the 20th Century

This article intends to show how the relationship between Power and Knowledge in the Brazilian Army is entwined even before the Republic, when attending military schools was not a requirement to become a superior officer; until the current situation, when attending these schools became indispensable

for the ascension in the career. The methodology chosen was the bibliographical research of primary and secondary sources. We conclude that military schools possess a decisive role in the genesis of the military ideology and that studies over this subject must be deepened.

Keywords: military schools; education and instruction.

Ao estudar as modificações educacionais do Exército brasileiro, analisaremos também o modo como as diferentes correntes existentes dentro dele vão se confrontar para impor as suas idéias sobre qual deverá ser a formação recebida pelo oficial e a maneira como essas diferentes idéias são implantadas.

Na elaboração deste artigo foram utilizados vários livros publicados pela Biblioteca do Exército e escritos por oficiais dessa instituição militar. Buscando contrabalançar essa visão parcial e procurando um olhar crítico, consultamos também as obras de Carvalho (1989a, 1989b), Castro (1990, 1995) e Trevisan (1985).

O recorte temporal vai do fim do século 19 ao início do século 20, mais especificamente de 1889 até 1922, em função da transformação pela qual passa o Exército nesse período histórico, iniciando a sua profissionalização e passando a exigir de seus oficiais não a origem aristocrática, mas méritos e diplomas (Schulz, 1994).¹ Foi importante para essa delimitação o fato de que, a partir da Proclamação da República, a formação do Exército vai sofrer várias transformações, fruto da divergência entre as várias correntes nele existentes acerca da ideologia a ser implantada, até a consolidação hegemônica do projeto do General Góis Monteiro, a partir de 1930.

Delimitando e norteando a linha de pesquisa estão as afirmações de Durkheim (1983, p. 45), que aponta o Estado como produtor de representações, mas afirma também que há "correntes sociais empurrando a sociedade em direções diferentes". Queremos demonstrar que, se por um lado o Exército é parte do Estado e produz representações sociais, por outro lado ele nem sempre está identificado com o governo, agindo freqüentemente como uma corrente social que desvia os acontecimentos do curso traçado pelos governos.

Utilizamos também as teorias de Bourdieu (1981), que vê essa "luta pela imposição de diferentes visões de mundo" delimitando a própria política. O que procuramos demonstrar é a eficácia, ao mesmo tempo "simbólica" e "material", das representações. Buscamos trabalhar tanto com as "idéias" quanto com o modo como se dá a sua implementação; para isto empregaremos os conceitos de ideologia e hegemonia de Gramsci (1989), associados especialmente à formulação dos currículos escolares e à utilização da escola como instrumento para alcançar a hegemonia.

¹ Segundo esse autor, o percentual de oficiais da Infantaria e da Cavalaria que concluíram seus cursos de armas passa de 10% em 1857 para 70% em 1910.

Para Stepan (1974), o sistema militar modela e é modelado pelo sistema político, e, da mesma forma que os partidos políticos, os grupos de pressão e o parlamento, cumpre uma série de funções políticas, entre as quais a expressão de questões específicas, o ordenamento de relações de poder entre os distintos grupos, a formulação e implementação de políticas e, inclusive, a designação ou destituição de presidentes.

Além de determinantes para o Exército, por se constituírem locais privilegiados de transmissão de ideologia, as escolas militares também eram imprescindíveis para uma grande parcela da população brasileira no final do século 19 e início do século 20.

Os alunos das escolas militares eram oriundos da classe média, e muitos buscavam o Exército não por vocação, mas por ser sua única oportunidade de realizar estudos superiores. Tal fato não acontecia em relação aos oficiais da Marinha, onde o caríssimo enxoval exigido para a entrada na Escola Naval funcionava como um poderoso filtro social. Sobre este fato, José Murilo de Carvalho (1989a, p. 38) registra:

Num país em que as oportunidades de vida eram difíceis e os estudos e carreiras acadêmicas representavam um peso monetário, o Exército continuava a ser o refúgio de uma classe sem recursos. É assim que os nossos oficiais são de origem simples, de pais comerciantes, funcionários e pequenos fazendeiros, conquistando democraticamente os postos pela capacidade e não pela posição social.

É das escolas militares que saem as gerações revolucionárias, que vão fazer a República e, também, sacudir a República Velha com revoluções periódicas, até desembocar na Revolução de 30 (Carone, 1974; Castro, 1995; Coelho, 1976; Schulz, 1994; Silva, 1984). Como as escolas funcionam como uma instituição poderosa de transmissão de ideologia, vamos nos deter no seu estudo para explicar como se forja a que se tornou hegemônica no Exército a partir de 1930.

O Ensino e a Instrução do Exército em 1889

Inicialmente, cumpre distinguir ensino de instrução. Falando sobre a educação militar norte-americana, Masland e Radway (1957, p. 50) afirmam que é necessário distinguir educação de treinamento: educação é mais geral, para a vida inteira, enquanto o treinamento seria específico, para determinada função.

No Brasil estas definições são aplicadas a ensino e instrução. No sistema escolar do Exército brasileiro ensino é mais geral, enquanto que a instrução é tópica – prepara para o desempenho de determinada função.

O *site* da Aman² tem como epígrafe uma frase de Castro Alves, "Não cora o sabre de ombrear com o livro, nem cora o livro de chamá-lo irmão", que nos dá uma idéia precisa do modo como, ao longo de toda a história da educação militar no Brasil, se busca o equilíbrio entre o militarismo e os "bacharéis-fardados", com a balança pendendo ora para um, ora para outro pólo.

² Aman – Academia Militar das Agulhas Negras, atual escola de formação de oficiais do Exército.

A preocupação com a educação da tropa e dos oficiais fazia com que houvesse todo um sistema de ensino e instrução organizado dentro do Exército. Inicialmente procuraremos reconstituir de modo geral como estavam organizados o ensino e a instrução em todos os níveis do Exército por volta de 1889.

O primeiro aspecto era o da instrução primária: cada unidade militar possuía uma escola, dirigida por um oficial, que ensinava aos cabos e soldados a ler e escrever e as quatro operações e, aos graduados (sargentos e suboficiais), geometria plana. Havia ainda em cada corpo uma escola de recrutas, que deveria possuir entre quinze e vinte deles. A instrução consistia de escola de pelotão e manejo, conservação de armas e tiro. A formação do recruta não deveria exceder os seis meses (Bento, 1989).

A Escola Militar da Praia Vermelha

A história da Escola Militar da Praia Vermelha começou no período colonial, em 1792, quando, por ordem de Dona Maria I, rainha de Portugal, foi instalada, na cidade do Rio de Janeiro, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Essa foi a primeira escola de engenharia das Américas e a terceira do mundo, sendo instalada na Casa do Trem de Artilharia, onde atualmente funciona o Museu Histórico Nacional.

O objetivo dessa escola era formar oficiais das Armas e engenheiros para o Brasil-Colônia. A Real Academia tornou-se a base para a implantação da Academia Real Militar, criada em 23 de abril de 1811, por ordem de D. João VI.

A Academia Real Militar mudou de nome quatro vezes: Imperial Academia Militar, em 1822; Academia Militar da Corte, em 1832; Escola Militar, em 1840; e Escola Central, a partir de 1858. Ali se formavam não apenas oficiais do Exército, mas, principalmente, engenheiros militares ou civis, pois a Escola Central era a única escola de engenharia existente no Brasil.

Em 1874, a Escola Central deixou de ter finalidades militares e foi transferida para a jurisdição da antiga Secretaria do Império, passando a formar exclusivamente engenheiros civis. A formação de engenheiros militares, bem como a de oficiais em geral, passou a ser realizada na Escola Militar da Praia Vermelha, de 1874 a 1904. Nesse último ano, a Escola foi transferida para o bairro de Realengo, também na cidade do Rio de Janeiro, onde até então eram formados os oficiais das armas de Engenharia e Artilharia. Os oficiais de Infantaria e de Cavalaria eram preparados em Porto Alegre.³

Até 1905, os cursos nas escolas militares obedeciam a seguinte hierarquia: Infantaria e Cavalaria, 1º e 2º anos; Artilharia, 3º ano; Estado-Maior, 4º ano; e Engenheiros, 5º ano. Um engenheiro militar cursava todos eles e, sendo assim, possuía uma formação completa; por isso é que, nesse quadro, eram, em geral, recrutados os oficiais-generais.

Sobre a educação ministrada na Escola Militar da Praia Vermelha, em 1900, o ministro da Guerra, Marechal Mallet, afirmava: "A instrução hoje proporcionada pode ser a mais completa, elevada e adiantada, a

³ Os subsídios para a história da Escola Militar foram obtidos principalmente no *site* do Instituto Militar de Engenharia: www.ime.br

mais científica – não contesto nem discuto. O que posso garantir é que absolutamente não corresponde às necessidades da vida militar. Talvez prepare ótimos bacharéis em ciências, soldados é que não" (Motta, 1976, p. 289).

Em face desta constatação, implantou-se, em 1905, um novo regulamento com medidas para a profissionalização do Exército, reduzindo a teoria nas escolas militares, valorizando a prática e enquadrando o ensino teórico dentro das especificidades militares. Para executar este novo regulamento, foram criadas duas novas escolas: A Escola de Guerra, em Porto Alegre, e a Escola de Artilharia e Engenharia, no Realengo.

Falando sobre a Escola Militar da Praia Vermelha, Celso Castro (1995) afirma que o positivismo era transmitido através dos grêmios e associações, já que o currículo previa quase exclusivamente o estudo da Matemática e nada de Sociologia. Sabemos, no entanto, através de vários depoimentos, que Benjamin Constant utilizava as idéias de Comte nas aulas de Cálculo, e, ao contrário de Celso Castro, acreditamos que o ensino da Matemática pode ser subversivo, sim (Bento, 1989; Cardoso, 1981; Figueiredo, 1945). No caso, mais do que a matéria ensinada, o que é transmitido é a meritocracia, o cientificismo, a sensação de superioridade em relação aos civis.

Com a Proclamação da República, Benjamin Constant foi encarregado de elaborar um novo regulamento para a Escola Militar. O Regulamento Benjamin Constant, como ficou conhecido, foi expedido em abril de 1890 e, à guisa de pressupostos doutrinários, expunha, nas considerações que o precediam, os seguintes objetivos:

1º) É de urgente e indeclinável necessidade aperfeiçoar e completar o ensino nas escolas militares, de modo a atender os grandes melhoramentos da arte da guerra, conciliando as suas exigências com a missão altamente civilizadora, eminentemente humanitária e moral que, no futuro, está destinado aos exércitos no continente sul-americano.

2º) O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso, como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado às instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral.

3º) O militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica que, preparando-o para tirar toda a vantagem e utilidade dos estudos especiais de sua profissão, o habilite, pela formação do coração, pelo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres, não só militares, como, principalmente, sociais.

4º) Impõe-se um ensino integral, onde sejam respeitadas as relações de dependência das diferentes ciências gerais, de modo que o estudo possa ser feito de acordo com as leis que tem seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na Matemática e terminando na Sociologia e Moral, como ponto de convergência de todas as verdades, de todos os princípios até então adquiridos, e foco único de luz capaz de iluminar e esclarecer o destino de todas as concepções humanas (Motta, 1998, p. 172-173).

As linhas principais da reforma implementada por Benjamin Constant eram:

- 1º) Um curso preparatório de três anos, em que o ensino de Geografia deve voltar-se especialmente para a América do Sul, e em História deve ser privilegiada a História do Brasil.
- 2º) Um curso geral em quatro anos, para todos os alunos, em que eram estudadas as ciências gerais da classificação de Augusto Comte e de acordo com a seqüência desta classificação.
- 3º) Um curso das três armas, em um ano, também para todos os alunos, em que são estudados os estudos profissionais da Arte Militar, da Balística, de Direito e de Economia Política.
- 4º) Três cursos relativos às especialidades: o de Artilharia, em um ano, e os de Estado-Maior e de Engenharia, em dois anos cada.

Sobre esta reforma, que valorizava a formação científica dos oficiais, podemos dizer que ela sofreu várias críticas: os militares achavam-na "bacharelesca" demais, e os positivistas criticavam-na, por não implantar integralmente os ensinamentos de Comte. Mas, certamente, a morte precoce de seu formulador prejudicou a implantação da reforma.⁴

A Escola Militar de Porto Alegre

Antes da criação da Escola de Guerra em Porto Alegre já existia uma escola militar na capital gaúcha. O primeiro estabelecimento de ensino militar que funcionou naquela cidade foi o Curso de Infantaria e Cavalaria, composto das matérias do primeiro e do quinto ano da Escola Militar, criado pela Lei nº 634, de 20 de setembro de 1851, e localizado no Areal da Baronesa, hoje Rua Praia de Belas.

Como justificativa para a criação do curso, o ministro da Guerra da época, Manoel Felizardo de Abreu, alegou a lei que exigia que os oficiais participassem de tais cursos e o fato de que a maioria do Exército Imperial estava estacionada no Rio Grande do Sul, sendo que o deslocamento de tais oficiais para a Escola Militar no Rio de Janeiro, além de oneroso, iria afastá-los das tropas por muito tempo.

Segundo Jeovah Motta (1998, p. 105):

Na verdade, esse Curso de Infantaria e de Cavalaria instalado em 1853 reflete a crescente importância dos problemas militares da bacia do Prata [...]. Tal curso haveria de ter, sempre, intercorrências de funcionamento, pois que ao sabor das sucessivas reformas de ensino, ora se configura como verdadeira escola militar, ora perde categoria e se reduz a simples estudo de "preparatórios". Contudo, de uma forma ou de outra, ao longo de toda a segunda metade do século e entrando República adentro, ele, com maior ou menor importância, haveria de marcar, com a sua presença, o panorama militar rio-grandense.

⁴ Benjamin Constant faleceu em 22 de janeiro de 1891.

Em 1858, o Curso de Infantaria e Cavalaria foi transformado em uma "Escola Militar Preparatória", com a finalidade de melhorar o preparo básico dos candidatos que se destinavam à Escola Militar da Praia Vermelha, localizada no Rio de Janeiro.

Em 29 de abril de 1872 foi lançada a pedra fundamental do Quartel da Várzea, embrião do atual Colégio Militar de Porto Alegre. O ano de 1883 registrou a inauguração da primeira parte do edifício em construção e a mudança da então Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul, do Areal da Baronesa para as novas instalações.

Entre 1887 e 1911, em virtude da Questão Militar e da Proclamação da República, houve inúmeras transformações conjunturais, e o "Casarão da Várzea" foi sede de outras organizações militares, como a Escola Militar de Porto Alegre, de 1889 a 1893), e o 25º Batalhão de Infantaria, de 1898 a 1903. Nesse segundo intervalo, a Escola foi transferida para a cidade de Rio Pardo, também no Rio Grande do Sul, recebendo a denominação Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, retornando à capital em 1905 e transformando-se na Escola Preparatória e Tática de Porto Alegre, de 1905 a 1911.⁵

Sobre a importância do Rio Grande do Sul para a vida militar brasileira, Joseph Love (1975, p. 124) escreveu:

A República manteve a prática Imperial de estacionar um quarto ou um terço do Exército no Rio Grande do Sul, e o comando do distrito militar do Rio Grande (Terceira Região, após 1919) era uma das mais importantes incumbências militares; oito comandantes desta região tornaram-se ministros da Guerra na República Velha. Ademais, a única academia militar profissional do Brasil, excluída a da Capital, localiza-se no Rio Grande do Sul. Em 1907, havia mais cadetes em Porto Alegre do que no Rio de Janeiro (712 comparado a 639).

A Escola Militar do Realengo

Com a necessidade de aprimorar a formação combatente dos oficiais do Exército, foi criada, no início do século 20, a Escola de Guerra, em Porto Alegre. Em 1913,⁶ objetivando unificar todas as escolas de Guerra e de Aplicação, foi criada a Escola Militar do Realengo, que, segundo texto do *site* da Aman, "formou a elite de oficiais do nosso Exército por quase quarenta anos".⁷

Sobre este fato, Motta (1976, p. 269) faz o seguinte registro:

Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, abre-se a era do Realengo. Ela duraria quatro décadas, prolongar-se-ia até 1944. Ali, naquele modesto subúrbio do Rio de Janeiro, a República iria fazer os seus experimentos, em matéria de formação de oficiais para o Exército. Ali se refletiriam as preocupações do ministro Mallet, tomariam corpo as reformulações do ministro Hermes, os impulsos renovadores da "Missão Indígena", o pensamento adulto da "Missão Francesa".

A nova escola pretendia criar uma oficialidade profissional, insistindo no ensino técnico e no maior afastamento do meio civil. Para tanto, contratou instrutores militares que visavam a profissionalização da força e

⁵ A história da Escola Militar de Porto Alegre consta do *site* do Colégio Militar de Porto Alegre: www.cmpa.br

⁶ Existem controvérsias sobre a data: Jehovah Motta aponta 1911 como o ano da transferência das Escolas de Guerra e Tática para o Realengo e 1913 como o ano de sua unificação; é esta última data que consta do *site* da Aman.

⁷ Site da Aman: www.resenet.com.br/aman

acrescentou ao seu currículo, através de várias reformas, o ensino prático militar. No entanto, a escola não saiu do nada e não fez a política de "terra arrasada" em relação à Escola Militar da Praia Vermelha.

Havia na escola militar do Realengo professores positivistas, como Cândido Rondon, Tasso Fragoso, Antônio Prestes e Horta Barbosa. Embora não houvesse uma cadeira específica para isto, continuava-se estudando a política, e as obras de Alberto Torres, um filósofo positivista, que era declaradamente contra o Exército, eram lidas e debatidas na escola, influenciando o aparecimento da idéia de que a política podia ser abolida para dar lugar à ciência.

Duas décadas depois da Proclamação da República, o ideário dos jovens militares continuava apontando para a idéia positivista de que a Nação deveria ser dirigida por técnicos e não pelos políticos, que desorganizavam o País.

Não caberia aqui uma análise sobre o assunto, mas é importante notar que tais idéias ressurgiram em 1930, em 1937 e com o golpe militar de 1964. Alberto Torres afirmava, por exemplo, que países como o Brasil "carecem de construir artificialmente a nacionalidade" (Trevisan, 1985, p. 34).

Sobre a influência da Escola, temos o testemunho de Cordeiro de Farias, formado em 1919:

Os oficiais formados em 1919 iam para a tropa senhores do que tinham de fazer. Foi um impacto forte, porque chegávamos às unidades com uma formação técnica que nos diferenciava do resto da oficialidade [...]. Tudo começou a mudar. Uma influência renovadora se irradiava dos escalões inferiores para cima, criando-se uma mentalidade mais militar, mais técnica. Neste sentido, os tenentes de 1919 surgiram como uma elite dentro do Exército, principalmente fora do Rio de Janeiro (Castro, 1995, p. 127).

Este depoimento é reiterado por José Murilo de Carvalho (1989b, p. 38), que, além disso, estabelece a ligação da Escola com os movimentos tenentistas:

Esta geração revolucionária é a da Escola Militar do Realengo, que se contrapunha à velha Escola da Praia Vermelha por ser essencialmente técnica, visando à formação de oficiais exclusivamente militares, com disciplina e respeito pela ordem constituída, enquanto a da Praia Vermelha, vinda do Império, ministrava filosofia ao lado das matérias técnicas.

Sobre o fato de os tenentes e capitães estarem melhor preparados que seus superiores e sobre as conseqüências deste fato, o comentário do General José de Lima Figueiredo (1945, p. 96) é esclarecedor:

Em todo esse maravilhoso programa, houve erro de execução. Começaram a preparar a oficialidade de baixo para cima, de modo que os tenentes e capitães que tiravam a Escola de Aperfeiçoamento e os cursos especializados chegavam aos corpos da tropa com muito maior soma de conhecimentos profissionais do que seus superiores: majores, tenentes-coronéis e coronéis. Deste fato surgiu a indisciplina intelectual, que se processou até que os subalternos da época chegaram aos postos mais altos.

Os "jovens turcos"

No início do século 20, vinte e um oficiais do Exército brasileiro, divididos em três grupos, estagiaram no exército alemão, o mais poderoso e seguidor das melhores tradições militares prussianas. Partiram turmas de oficiais brasileiros em 1906, 1908 e 1910. Do último destes grupos, que esteve na Alemanha no período de 1910 a 1912, faziam parte alguns oficiais que ficariam conhecidos como os "jovens turcos", que retornam cheios de entusiasmo e de novas idéias. Odylio Denys (1980, p. 163) explica o apelido:

Por seu espírito combativo e um pouco irreverente, que enfrentava preconceitos e melindres, foram esses oficiais cognominados de "jovens turcos", à semelhança daqueles que na velha Turquia buscavam transformar a estagnação em que jazia sua pátria, naquela época; se esse apelido era pejorativo no começo, com o tempo se tornou símbolo de abnegação e patriotismo.

Esse grupo de jovens militares fundou, em 1913, uma revista, *A Defesa Nacional*, para multiplicar os conhecimentos adquiridos na Alemanha.⁸ A revista, seus responsáveis e seus seguidores enfrentaram grandes pressões do restante do corpo de oficiais. Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha e as novas diretrizes práticas da Escola Militar do Realengo, os ex-estagiários da Alemanha exerceram nesta a função de instrutores, tendo a oportunidade de formar uma geração de oficiais com nova mentalidade, com outros princípios e outra perspectiva da função do Exército, no que viria a ser chamado de "Missão Indígena".

O principal líder do grupo foi o tenente Bertoldo Klinger, que, anos mais tarde, já como major, perseguiu a Coluna Prestes. O secretário da revista *A Defesa Nacional* era o então tenente Humberto de Alencar Castello Branco, que, mesmo não tendo estagiado na Alemanha, era um adepto das "idéias renovadoras".

Segundo Hayes (1991, p. 118), "Os Jovens Turcos constituíram a primeira geração de oficiais do Exército brasileiro a valorizar realmente a idéia de um exército apolítico e profissional", mas ele mesmo afirma que, apesar de acreditarem sinceramente que não estavam fazendo política, as idéias do grupo, expressas principalmente através da revista *A Defesa Nacional*, demonstram a visão do Exército como "civilizador" e "portador da missão de zelar pela unidade nacional", ou seja, a visão do Exército enquanto ator político privilegiado.

Exemplo deste ponto de vista é este trecho do artigo do então primeiro-tenente Bertoldo Klinger (1916), publicado na revista *A Defesa Nacional*:

Na nossa desorganizada Pátria, é ao Exército que tem de caber, além de sua função universal, comum a todos os exércitos, o papel fundamental de volante da máquina nacional [...]. Por algum ponto é preciso iniciar a organização da Nação e esse há de ser o Exército, porque, de todos os departamentos dessa organização do conjunto, é ele o que interessa vitalmente a todos os cidadãos.

⁸ Para mais informações sobre os jovens turcos, ver Capella (1988).

Dada a nossa situação toda especial, o Exército assim constituído, a funcionar devidamente, será o volante que transmitirá o movimento a toda a máquina, será uma fonte perene de propagação do trabalho intenso, da iniciativa, da disciplina, do civismo e até do alfabeto.

A "Missão Indígena"

Na Escola Militar do Realengo, oficiais selecionados por seu talento como instrutores receberam a tarefa de transmitir para alunos a nova mentalidade profissional que se queria implantar no Exército – era a chamada "Missão Indígena". O nome sofre influência da iminência da chegada da Missão Francesa e do Nacionalismo identificado com os índios, típico da época. Como era uma missão de instrução e os instrutores brasileiros, foi batizada de "Missão Indígena". Sobre ela escreve Leitão de Carvalho:

O ministro Caetano de Faria, confiando em nossa capacidade para dar ao Exército cunho moderno e eficiente, prontamente concordou em mandar para a Escola Militar uma turma de instrutores experimentados, alguns ex-estagiários do Exército alemão, outros discípulos destes, que imprimiram no Corpo de Cadetes uma silhueta nova, levando à perfeição os conhecimentos táticos de todas as armas. A esse grupo, que a verve militar batizou de *Missão Indígena*, deveu a Escola Militar um passo largo no caminho traçado pelos elementos progressistas empenhados na renovação dos costumes militares (Motta, 1976, p. 363) – grifo do autor.

A visão de Leitão de Carvalho é parcial, já que ele fazia parte do grupo de instrutores que integrou a "Missão".

Jehovah Motta (1976, p. 363), procurando examinar os diversos ângulos dos fatos, esclarece que, se por um lado a qualidade dos instrutores é atestada pelo concurso a que se submetem e pelo fato de encararem sua função como "uma cruzada ou missão", apresentando resultados marcantes a partir de 1919, por outro lado, Durval de Magalhães, aluno da Escola Militar do Realengo entre 1918 e 1920, inclui os excessos disciplinares da Missão Indígena no quadro dos motivos que levaram à revolta de 5 de julho de 1922.

Ainda sobre a Missão Indígena, Motta (1976, p. 316) observa que

Não será temeridade afirmar que as reformas de 1918 e 1919 foram elaboradas sob a influência dos oficiais que haviam estagiado no Exército Alemão. É bem deles a ultravalorização dos assuntos militares, de caráter prático, as normas para as matrículas, a instituição da Missão Indígena. E, possivelmente, a eles se deve, também, a colocação da Escola Militar fora da alçada dos franceses. Havia na época quem os chamasse de "germanófilos". Não seria um germanismo político e sim técnico, que os levava a subestimar ou desmerecer, no campo das coisas militares, tudo que não trouxesse a marca alemã.

No entanto, a Revolta de 1922 ocasionou o desaparecimento da Missão Indígena, a mudança de comando e a exclusão da quase totalidade dos alunos – é o fim de uma fase. Uma nova fase começou em 1924, com um novo regulamento e a chegada da Missão Francesa à Escola Militar do Realengo.

A "Missão Militar Francesa"

A idéia de trazer missões estrangeiras para instruir o Exército brasileiro surgiu desde o começo da República. Com a ida do marechal Hermes à Alemanha, em 1912, chegou a ser noticiada a vinda de uma missão alemã; no entanto, pelo fato de o Brasil ter entrado na guerra ao lado dos países que combatiam a Alemanha e em razão dos termos da sua rendição, pareceu normal que, caso a missão se concretizasse, ela deveria ser francesa.

O ministro da Guerra, Cardoso de Aguiar, venceu dúvidas e resistências e assinou o contrato com o governo francês. Essa missão veio, em 1920, completando o surto de modernização do Exército. A missão, que permaneceu 20 anos no Brasil, contribuiu para a elevação do padrão profissional dos oficiais de todos os escalões e da Instituição Militar como um todo. Na realidade, como informa Bastos Filho (1994, p. 1), não foi exatamente uma missão militar, mas uma série de contratos firmados por Brasil e França, entre os anos de 1918 e 1940, com o objetivo de "reorganizar e promover a modernização do Exército brasileiro". Sobre essa Missão, o relato entusiasmado de Jeovah Motta (1976, p. 308) assegura:

As tarefas dos franceses serão, assim, fundamentalmente, tarefas de ensino, a realizar-se no âmbito das Escolas. Certo elas influíram, também, na orientação geral das reformas orgânicas que então se iniciaram, e os regulamentos que foram sendo elaborados contaram com a colaboração deles. E mais, estiveram presentes ao estudo das grandes linhas de ordem estratégica que passaram a definir e enquadrar o problema da segurança nacional. Mas é como *instrutores*, sobretudo, que eles marcam a sua presença no cenário, e é como tal que realizaram obra de incontestável mérito.

Mas, apesar do entusiasmo com que Jeovah Motta fala da Missão Francesa, havia opiniões divergentes. Hayes (1991, p. 122) informa que

Os oficiais superiores viam a Missão Francesa como ameaça ao prestígio e à autoridade deles, já que não tinham condições de acompanhar o padrão de ensino técnico que ela se propõe estabelecer. Quanto aos Jovens Turcos, eles consideravam a Missão como um insulto à capacidade deles de dar cabo ao programa de profissionalização que haviam instituído logo depois de retornarem da Alemanha.

A grande obra da Missão Francesa foi a valorização do estado-maior, através da criação de cursos especiais para a preparação de "Oficiais do Estado-Maior". O Exército passou a ter uma cúpula hierárquica melhor preparada, que efetivamente planejava e controlava a atividade militar. Isto eliminou o conflito havido anteriormente, causado pelo fato de os oficiais inferiores serem melhor preparados que seus superiores.

O enquadramento militar dos alunos das escolas militares

Observamos que, inicialmente, o ensino na Escola Militar da Praia Vermelha enfatizava a teoria e visava formar "bacharéis"; por isso, julgamos

importante acompanhar a "militarização" progressiva do corpo de alunos, até chegar a um sistema bastante semelhante ao que é praticado atualmente na Academia Militar das Agulhas Negras.

Quando a Academia Militar foi criada, em 1810, era muito pouco militarizada, o sistema era de externato, não havia formaturas e muitos alunos já eram oficiais. É só a partir de 1833 que se busca um feitiço militarizante, e determina-se que os alunos, com exceção dos oficiais, deveriam formar um corpo ou companhia, ficando sujeitos a formaturas e revistas.

As reformas seguintes não se preocuparam muito com o aspecto militar, e somente em 1855, com a criação da Escola de Aplicação da Praia Vermelha, volta-se a dar atenção ao assunto. Esta reforma previu um regime militar rigoroso: a escola seria considerada um quartel, e sua jornada de trabalho seria marcada pelos toques de corneta e formaturas. Os alunos deveriam ser divididos em companhias e seções das diferentes Armas. A reforma seguinte, a de 1874, manteve os alunos organizados em companhias, sendo que cada uma delas era comandada por um capitão e dispunha de um subalterno.

A primeira reforma da República, conduzida por Benjamin Constant, criou o corpo de alunos. Segundo o regulamento "Este corpo [teria] estado-maior e estado-menor e quatro companhias" (Motta, 1998, p. 286). Os regulamentos de 1905 e 1913 previam apenas companhias isoladas, e só com a reforma de 1918 reaparece a idéia do Corpo de Alunos. A grande novidade do regulamento de 1905 é o desaparecimento do alferes-aluno, que é substituído pelo aspirante-a-oficial. Em 1931 nasceu o Corpo de Cadetes, sob a inspiração do general José Pessoa, então comandante da Escola Militar do Realengo.

Com o regime de internato implantado a partir de 1855, o corpo de alunos ganhou coesão e solidariedade horizontal. Surgiu o Espírito-de-Corpo, e podemos observar aqui como opera o "currículo oculto" da escola, que modela e homogeneiza os comportamentos, como nos lembra Celso Castro (1995); a partir do momento em que se democratiza o acesso às Escolas Militares, a identidade social do oficialato passa a estar vinculada à instituição, criando um *ethos*⁹ específico.

É possível observar no Quadro 1 que, à medida que se militariza a Escola Militar e se cria a obrigação de que todos os oficiais passem por ela, o número de matrículas aumenta consideravelmente. Como antes de 1912 as estatísticas são pouco confiáveis, os dados foram computados apenas a partir de 1913.

Quadro 1 – Matrículas na Escola Militar (1913-1943)

Ano	De 1913 até 1918	De 1919 até 1930	De 1930 até 1938	De 1939 até 1942	Em 1943
Número de matrículas por ano	400	750	800	900	1.036

⁹ Utilizo a definição de *ethos* cultural, fundamentada em Bourdieu (1998), como um sistema de valores implícitos e interiorizados que definem as atitudes em face do capital cultural e da instituição escolar.

Os conteúdos programáticos, currículos e programas

Um currículo inclui as matérias e seus conteúdos, as atividades e o tempo correspondente às aulas e às atividades; uma vez estabelecido, ele tem o poder de determinar o que vai ser ensinado. As decisões a respeito das matérias obrigatórias, dos conteúdos curriculares, das atividades que devem ser desenvolvidas e do tempo que será destinado a cada disciplina dependem fundamentalmente da visão de mundo que orienta os responsáveis pela sua elaboração. O currículo e o planejamento educacional pressupõe uma determinada visão do homem e da sociedade que se quer criar a partir da educação. Tendo isto em mente, procuraremos recapitular brevemente as ideologias que nortearam os currículos e conteúdos programáticos das escolas militares brasileiras no início do século 20.

Notamos que, durante o Império, o oficial podia ou não ter curso superior, mas, como demonstra Schulz (1994), realizar tais cursos, especialmente os científicos (Artilharia e Engenharia), auxiliava nas promoções. No final do período estudado, a passagem pelas escolas de formação tinha se tornado obrigatória para a ascensão na carreira. Essa obrigação de passagem pelas escolas militares contribui para homogeneizar o pensamento e difundir a ideologia dominante dentro do Exército.

Demonstramos até aqui como, em um espaço de tempo relativamente curto, vão sendo modificadas não só as escolas e os currículos, mas principalmente a orientação, as diretrizes nas quais se baseia a formação dos oficiais, lembrando sempre que currículos e ideologia possuem uma estreita vinculação.

O Exército brasileiro termina o século 19 com a intenção de formar o "soldado-cidadão", o "bacharel-fardado" de "suculenta educação científica" – logo esta disposição mudaria. Principalmente devido à eclosão da I Guerra Mundial e ao fracasso do Exército em sufocar a rebelião em Canudos, começa-se a pensar na formação do "soldado profissional", apolítico, voltado para a técnica e para a tropa. A partir de 1920, com a contratação da Missão Militar Francesa, busca-se um equilíbrio entre a ciência e a técnica, que só iria efetivar-se realmente com a chegada da Missão Francesa à Escola Militar, em 1924.

Obviamente, os currículos e as reformas do ensino militar refletem essa mudança de diretrizes. A reforma de 1905 é concebida como uma reação contra os padrões da Escola Militar da Praia Vermelha, que passam a ser considerados prejudiciais para o preparo técnico e moral da oficialidade. O regulamento de 1913 mantém a mesma linha doutrinária, mas reúne novamente em uma só escola os diversos cursos que tinham sido espalhados em função do regulamento anterior. Influenciados pela I Guerra Mundial, os regulamentos de 1918 e 1919 refletem como nenhum outro a supervalorização da técnica militar e as restrições à cultura geral. A partir de 1924 busca-se o equilíbrio entre praticidade, preparo militar e bases teóricas consistentes.

Quadro 2 – Tempo de Duração do Curso de Formação de Oficiais

Anos	Artilharia	Engenharia	Infantaria e Cavalaria
Até 1889	7 anos	7 anos	7 anos
De 1890 a 1904	9 anos	10 anos	9 anos
De 1905 a 1912	6 anos	7 anos	3 anos
De 1913 a 1918	4 anos	4 anos	3 anos
De 1919 a 1924	5 anos	5 anos	5 anos
Após 1924	3 anos	3 anos	3 anos

Um dado que chama a atenção à primeira vista, quando examinamos os conteúdos programáticos, é o tempo de duração dos cursos e as diferenças existentes entre as especialidades - Artilharia, Infantaria, Cavalaria e Engenharia. Se no início do século o curso de Engenharia era o de maior prestígio e duração, e durante um período significativo os cursos de Infantaria e Cavalaria chegam a ser conhecidos pejorativamente como "cursos de alfafa", vamos observar com o tempo sua equiparação aos cursos das outras armas até chegar à situação atual, em que armas como Engenharia, Infantaria e Comunicações (estas duas últimas criadas depois do período estudado) são consideradas quase-civis e, por isso, desprestigiadas (Castro, 1990).

Observando o Quadro 2, veremos que até 1913 os cursos de formação de oficiais são muito longos, mas isso se explica pelo fato de que eles equivaliam aos atuais cursos médio e superior. A partir de 1913, os cursos passam a ser mais curtos porque equivalem apenas ao curso superior, e antes deles os alunos deveriam passar por colégios militares ou escolas preparatórias, em um modelo que, com poucas modificações, perdura até os dias de hoje.

Além da questão do tempo de preparação, chama a atenção também o tempo diferenciado dedicado à formação dos oficiais das diversas Armas. Essa variação é explicada pela diferença de valor que era atribuído a cada uma delas: de um lado, os "cursos científicos" e, de outro, os "cursos de alfafa". Essa distinção, no entanto, desapareceu a partir de 1919, não por acaso, com a entrada em ação da "Missão Indígena", cujos instrutores, influenciados pelas idéias alemãs, valorizam a instrução militar, os exercícios físicos, a ordem unida. Sobre essa valorização do aspecto físico da tropa, é interessante observar que, em 1905, começa o ensino de ginástica nas escolas militares, e, em 1913, a ginástica é substituída por equitação e esgrima. Em 1919 a ginástica passa a ser ministrada em todos os anos do curso de preparação de oficiais; já sobre a influência da "Missão Indígena" são utilizadas traduções dos manuais alemães de ginástica feitas pelos "jovens turcos". A partir de 1924, já sob a influência da "Missão Francesa", a instrução física passa a ser feita nos dois anos de ensino fundamental, sendo substituída por esgrima e equitação no último ano dos cursos de Cavalaria e Artilharia; o curso de Infantaria fazia ginástica em todos os anos e os de Engenharia apenas no ensino fundamental.

O que procuramos demonstrar é que, mais do que mudanças no conteúdo programático ou no currículo, as reformas educacionais realizadas nas escolas militares representaram mudanças no modelo de oficial que se pretendia formar e, mais do que isto, as diferentes visões de mundo dos formuladores desses currículos e programas.

Inspirando-nos em Bourdieu e Passeron (1975, p. 44), que afirmam que o trabalho pedagógico consiste em um "[...] trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável, isto é, um *habitus* como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da ação pedagógica e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado", acreditamos poder demonstrar que este *habitus* internalizado durante os anos de Escola Militar irá converter-se em prática, gerando inicialmente uma luta pelo poder entre duas facções do Exército com ideologias diferentes, e, após a hegemonia sob a égide do "soldado profissional", o que passará a ser interiorizado e posto em prática é uma "visão militar do mundo", que detalharemos nas nossas considerações finais.

Considerações finais

Segundo Foucault (1983, p. 151),

O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado da natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral, mas à docilidade automática.

Encontramos facilmente neste "*sonho militar de sociedade*" pontos comuns com os que foram desenvolvidos pelos militares brasileiros. Do positivismo dos primórdios da República à "função política do Exército" de Góis Monteiro (s/d), o modelo de organização da sociedade é o mesmo que está sintetizado no lema da bandeira nacional: "Ordem e Progresso".

O contraste entre a Nação tradicional e conservadora e as forças armadas "modernas", que elegiam o cientificismo como elemento constitutivo de identidade, criou pontos de fricção, entre as Forças Armadas e a sociedade, que causaram as revoltas militares das primeiras décadas do século 19. Essas revoltas são consequência da incompatibilidade entre a "visão militar do mundo" e a realidade brasileira e, também, da luta pela hegemonia entre as diferentes facções do Exército, que possuíam visões de mundo diferentes sobre o papel do Exército na sociedade.

Os "tenentes" de 1922 viam no Estado o papel disciplinador, principalmente nos países atrasados, como o Brasil, onde, na visão deles, a turbulência "egoísta" e "imatura" das classes sociais precisava ter suas energias canalizadas para induzir o desenvolvimento. Os cadetes, tenentes e capitães da década de 20 saíam das academias imbuídos de idéias acerca do Estado-

Nação, e acreditavam, como aponta Ianni (1993, p. 32), que a sociedade era fraca, e, por isto, o Estado deveria ser forte.

Dessa visão de mundo nasce, nas palavras de Otávio Frias Filho (1997), "uma estranha fórmula de reacionarismo revolucionário, marca registrada das inúmeras vezes em que o Exército ou uma facção dele se julgou no direito, ou, do ponto de vista deles, no dever, de salvar a sociedade". Houve uma militarização da política, fruto da politização do Exército.

As concepções dos tenentes da década de 20 sobre as relações entre Forças Armadas e política e as propostas que apresentaram para a reforma da sociedade eram, em muitos pontos, semelhantes às dos jovens das escolas militares do início do século.

Apesar da diversidade de formação e da diversidade de ideologias que orientavam esta formação, ambos os grupos partiam do princípio de que os militares tinham o direito de intervir na política com fins reformadores. Como observamos anteriormente, estas concepções são uma mescla do romantismo com o positivismo e o cientificismo, mas são também oriundas de "uma visão militar do mundo".

Os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha sofreram grande influência positivista e evolucionista. Nela dominava a doutrina do soldado-cidadão, e, como já afirmamos anteriormente, mais que preparar o militar para o exercício de suas funções profissionais, ela formava o "bacharel-fardado", doutores que tendiam a desprezar as tarefas cotidianas da vida militar, bem como aqueles oficiais que não tinham formação acadêmica. Depois da Revolta de 1904, a Escola Militar da Praia Vermelha foi definitivamente fechada, e buscou-se uma nova formação para os jovens oficiais totalmente diferente da anterior.

Uma nova ideologia passou a direcionar os rumos do ensino militar. Sendo assim, a Escola Militar do Realengo, que funcionou regularmente no Rio de Janeiro desde 1913 e formou os tenentes que participaram das revoltas da década de 20, procurou constituir-se como uma instituição bem diversa da antiga Escola Militar da Praia Vermelha. A nova escola pretendia criar uma oficialidade profissional, insistindo no ensino técnico e no maior afastamento do meio civil, mas foi exatamente dessa escola que saíram os oficiais que tornaram eficiente a intervenção do Exército na vida política brasileira.

Em ambas as escolas, os currículos mudaram radicalmente; a ênfase deixa de ser na ciência e passa a ser no militarismo. A parte técnica e militar é reforçada em detrimento da parte teórica e da formação geral, mas o *ethos* permanece o mesmo. Além disso, a profissionalização favoreceu a formação de uma consciência de grupo mais sólida, de um maior "espírito-de-corpo", e incentivou a emergência de uma visão específica da sociedade.

O que levou os alunos de ambas as escolas a imiscuírem-se na política foi a sua "identidade militar", o fato de verem-se como "puros", "honestos" e "esclarecidos", os únicos que poderiam salvar o povo "ingênuo" das garras dos políticos "corruptos" e das oligarquias "gananciosas"– aquilo que alguns autores vão apontar como a "mística militar".

Para sustentar a "mística", as Forças Armadas atuam como criadoras de tradições e rituais. Os uniformes, as medalhas, os hinos, as ordens-dodia são todos direcionados para criar a sensação de identidade comum e de

afastamento dos civis. Ser militar é entrar em um mundo à parte, e o próprio ritual de entrada na Escola Militar, em que os cadetes cruzam solenemente o portão principal, bem como a escolha de um nome de guerra, diferente do nome civil, enfatiza esse rompimento com o mundo civil e a criação de novos laços dentro da instituição.¹⁰

Ainda como exemplos destas tradições e rituais, podemos citar: o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, com a alternância da guarda dividida entre as três armas; o fato de o Monumento ter sido construído quase que em frente à estátua do marechal Deodoro da Fonseca; e a utilização de uniformes históricos em determinadas solenidades – estas tradições e rituais são formas de reafirmar a identidade e a união em torno de uma identidade militar.

Outro dos aspectos aqui levantados foi a relação entre saber e poder e a junção da visão positivista do ditador esclarecido com o tecnicismo e o cientificismo. Como afirmamos ao falar da Escola Militar do Realengo, a visão militar do mundo que perdura ao longo de toda a República, chegando até os dias de hoje, é a dos "militares esclarecidos" em confronto com os "políticos corruptos". Aos militares, segundo essa visão, cabe o papel de julgar se as leis e os governos são "justos e legítimos" ou não. É segundo essa visão que os revoltosos do Forte Copacabana são considerados heróis, já que, segundo a história militar oficial, se rebelaram contra "um governo injusto" eleito por meio da fraude eleitoral.¹¹

Podemos dizer que as origens da imagem idealizada projetada pelas forças armadas durante todo o período republicano, que influiu na sua participação política no período e no apoio dado ao golpe militar de 1964, devem ser buscadas no período de formação das elites militares brasileiras, ou seja, entre 1870 e 1922, e mais especificamente dentro das escolas militares? E, principalmente, que foi decorrente da hegemonia de uma corrente ideológica que legitimava a participação militar na política, buscando não a "politização do Exército", mas a "militarização da política"?

Acreditamos que sim. Afinal, como argumentamos aqui, é nesse período que se forja uma "ideologia do Exército Brasileiro" que resiste até os dias de hoje; independentemente do modo como julgemos essa ideologia, é mister reconhecer que o desenvolvimento e a consolidação da República brasileira não podem ser entendidos sem a participação das Forças Armadas e o papel peculiar que estas desempenharam. É nesta época também que se consolida a formação da identidade militar brasileira, amalgamando as várias correntes de pensamento militar que começam a surgir a partir da Guerra do Paraguai.

Observamos também que, a partir da década de 30, a visão salvacionista da jovem oficialidade passa a constituir a ideologia do Exército como um todo, tornando-se hegemônica, e o confronto entre a realidade nacional e a ideologia do Exército torna-se mais agudo, ocasionando não mais pequenas revoltas, localizadas principalmente na capital do País, mas golpes nacionais, como a Revolução de 30 e o golpe de 1964. Além disso, é importante ressaltar que esta ideologia é transmitida para os alunos através dos oficiais responsáveis pela formulação dos currículos e

¹⁰ Não haveria aqui espaço para a comparação, mas é interessante registrar que a troca de nome também é feita por aqueles que entram em ordem religiosas; a idéia é a mesma, a separação entre o mundo de "dentro" e o de "fora", os "puros" e os "pecadores". Talvez venha daí a visão messiânica que os militares têm das suas intervenções políticas.

¹¹ A eleição de Artur Bernardes em 1922 acaba criando uma nova "Questão Militar". Na realidade esta questão começa ainda na campanha eleitoral, com o episódio das cartas falsas publicadas pelo jornal *Correio da Manhã*; tais cartas, publicadas como de Bernardes, chamavam o marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República, ex-ministro da Guerra e presidente do Clube Militar, de "sargento sem compostura". Hermes da Fonseca reage imediatamente a tais ofensas e é punido pelo então presidente Epitácio Pessoa, que não só manda prendê-lo por vinte e quatro horas, como também fecha o Clube Militar por seis meses (Carone, 1975). No dia 5 de julho de 1922 irrompe uma revolução para depor Bernardes, e, apesar da grande articulação militar, o levante restringe-se a algumas guarnições do Rio de Janeiro e de Mato Grosso.

No Rio de Janeiro, os alunos da Escola Militar do Realengo foram facilmente derrotados pelas tropas legalistas que estavam aquarteladas na Vila Militar. Mas a natureza romântica da Revolução de 22 é exposta no Forte de Copacabana, onde, convocados a render-se, os militares retalharam a bandeira do forte e, cada um com um pedaço da Bandeira Nacional junto ao coração, marcharam de peito aberto para enfrentar as forças legalistas.

Esse gesto é, segundo a nossa interpretação, a chave para entender o episódio e o modo como o Exército incorporou-o a sua tradição, apresentando-o não como uma sedição contra o governo, mas como "o supremo sacrifício de um punhado de jovens pelo mais puro ideal de regeneração da Pátria", nas palavras do site oficial do Exército brasileiro. Este episódio é paradigmático da visão romântica de "morrer pela Pátria".

programas das escolas militares; a jovem oficialidade torna-se a parte mais visível nas rebeliões, até porque, como já registramos anteriormente, constituía na década de 20 a maior parte da oficialidade. Mas, consumada a Revolução de 30, o general Góis Monteiro (19--) vai demonstrar em um livro que as formulações teóricas de tais ideologias absorvidas enquanto tenente transformaram-se em um projeto político para o Exército. Mais uma vez é oportuno retornar a Gramsci (1989) e lembrar que ele apontava a hegemonia como um momento de reprodução e transformação, que é o que acontecerá não só com o ensino militar, mas com o Brasil, a partir da Revolução de 30.

Cabe ainda dizer que não esgotamos o tema; as relações entre ideologia e ensino, principalmente entre ideologia e ensino militar, são vastas e continuam à espera de desbravadores. Acreditamos, no entanto, ter contribuído para tornar um pouco mais clara a ideologia do Exército brasileiro e a guerra de posições que se desenrolou no início do século passado em torno do controle das escolas militares e da possibilidade de impor a sua visão de mundo não só ao Exército, mas para a sociedade brasileira como um todo, e que, como procuramos demonstrar, perdura até os dias de hoje e continua servindo de diretriz para a formação dos atuais oficiais do Exército brasileiro.

Referências bibliográficas

BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército na Proclamação da República*. São Paulo: Senai, 1989.

BOURDIEU, Pierre. La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 36-37, févr./mars 1981.

_____. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

CAPELLA, Leila M. Corrêa. Militares e organização nacional: os "jovens turcos". *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1988.

CARDOSO, Vicente Licínio. Benjamim Constant, o fundador da República. In: _____. *À margem da História Republicana*. Brasília: UnB, 1981.

CARONE, Edgard. *A República Velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difel, 1974.

_____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo. Militares e civis: um debate para além da Constituinte. In: CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (Org.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989a.

_____. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. *Dados*, v. 32, n. 3, 1989b.

CASTRO, Celso. *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Edusp, 1983.

FERNANDES, Aldo Demerval R. B. et al. *História do Brasil República*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

FIGUEIREDO, José de Lima. *Casernas e escolas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1945.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1983.

FRIAS FILHO, Otávio. *No tempo dos militares*. Folha de S. Paulo, 4 dez. 1997. p. 1-2.

GÓIS MONTEIRO. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, [19--].

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HAYES, Robert A. *Nação armada*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

KLINGER, Bertoldo. Funções do exército. *A Defesa Nacional*, 35/340, 10 ago. 1916.

IANNI, Otávio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MASLAND, John; RADWAY, Laurence. *Soldiers and scholars*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

MOISÉS, José Álvaro. A transição política ou o longo percurso dentro do túnel. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1985.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

_____. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de salvadores da Pátria*. São Paulo: Anna Blume, 2004.

SCHULZ, John H. *O Exército na política*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SEILD, Ernesto. *A espada como vocação*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Brasília: Senado Federal, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, Alfred. *Brasil: los militares y la política*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.

Miriam de Oliveira Santos, pós-doutoranda em Sociologia Rural na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), é pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (Niem) e professora da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora.

mirsantos@uol.com.br

Recebido em 11 de abril de 2007.

Aprovado em 4 de junho de 2007.